

## **II. Deliberações**

### **Câmara**

- 1. Aprovação da ata n.º 36/2023 da reunião ordinária de 24 de maio de 2023.**

**XIII MANDATO**

**ATA N.º 36/2023**

**Reunião ordinária pública de 18 de abril de 2023**

Ao décimo oitavo dia do mês de abril de dois mil e vinte e três, pelas nove horas e trinta minutos, no Teatro da Escola Sá de Miranda., situado na Rua Dr. Domingos Soares, Braga, realizou-se a reunião ordinária pública do Executivo Municipal, na qual compareceram os Excelentíssimos Senhores: **Presidente da Câmara – Ricardo Bruno Antunes Machado Rio** (Coligação Juntos por Braga) e os **Vereadores, Maria do Sameiro Macedo Araújo** (Coligação Juntos por Braga), **Altino Bernardo Lemos Bessa** (Coligação Juntos por Braga), **Olga Maria Esteves Araújo Pereira** (Coligação Juntos por Braga), **João Vasconcelos Barros Rodrigues** (Coligação Juntos por Braga), **Carla Maria Ferreira Sepúlveda** (Coligação Juntos por Braga), **Artur Jorge Oliveira Feio** (PS), **Adolfo Augusto Martins da Cruz Moraes de Macedo** (PS), **Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa** (PS), **Sílvia Cristina Conduto de Sousa** (PS) e **Bárbara Seco de Barros** (CDU). -----

Secretariou: Líliana Cristina Silva Veiga, Diretora de Departamento de Apoio ao Cidadão e Órgãos Autárquicos. Pelas nove horas e trinta minutos, verificada a presença de todos os Vereadores, foi declarada aberta a reunião. -----

**-----ORDEM DO DIA-----**

Para **conhecimento e informação** foi presente o **resumo da tesouraria referente ao dia 12 de abril de 2023**, que aqui se dá por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

**-----DELIBERAÇÕES-----**

**1. Aprovação da ata n.º 35/2023, nos termos do artigo 57.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:** Foi dispensada a leitura das atas, conforme deliberação tomada em reunião de 18 de outubro de 2021. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

**2. Avaliação Patrimonial, Valor Razoável e Vidas Úteis Remanescentes de Bens Imóveis do Domínio Público (Rede Viária e Pedonal).** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos das disposições conjugadas dos artigos 33.º, n.º 1, alínea i) e 25.º, n.º 2, alínea I), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabeleceu o Regime Jurídico das Autarquias Locais, na sua redação atual, o Relatório de Avaliação Patrimonial, sua fundamentação e conclusões, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.” Tomou a palavra a **Vereadora do PS, Sílvia Sousa**, que, numa primeira instância, congratulou todos os presentes e, de seguida, solicitou a confirmação do nome do gerente da empresa que assinou o documento. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara**, para informar que, em momento posterior, seria facultada essa informação. De seguida, tomou a palavra a **Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros**, que cumprimentou os dois professores que tiveram esta iniciativa e os alunos presentes. De seguida, solicitou um esclarecimento, questionando se o documento surge de uma obrigação legal e se será realizado o mesmo tipo de estudo para outros ativos, sublinhando ainda que o estudo permite perceber o estado das vias pedonais de modo a identificar necessidades de intervenção que em alguns casos poderá ser muito urgente. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara**, para informar que no âmbito do CNC, agora é obrigatório fazer a avaliação de todos os ativos, incluindo as vias, sendo que também serão feitos estudos de outros ativos. **Deliberado aprovar por maioria e remeter à Assembleia Municipal, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Altino Bernardo Lemos Bessa, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, João Vasconcelos Barros Rodrigues e Carla Maria Ferreira Sepúlveda, e com a abstenção dos Vereadores do PS, Sílvia Cristina Conduto de Sousa, Adolfo Augusto Martins Cruz Morais Macedo, Maria Helena Fernandes Teixeira e Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa, e da Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros.**

---

**3. Relatório de Gestão e Contas de 2022 da Câmara Municipal de Braga.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se à consideração do Executivo Municipal, nos termos da alínea i), n.º 1, do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras de 2022, e submeter os mencionados documentos, nos termos previstos na alínea a) do n.º 2 do artigo 25º, da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do artigo 76º da lei 73/2013, de 3 de setembro, à apreciação da Assembleia Municipal.” Tomou a palavra o **Vereador do PS, Artur Feio**, que cumprimentou todos os presentes, em especial os alunos. De seguida, sobre os pontos 3 e 4,

agradeceu e salientou o esforço que foi feito para que os processo de prestação de contas fosse mais transparente, o que tornou o processo mais célere e fácil de perceber, agradecendo também o apoio dos administradores. Ato contínuo, deixou várias notas sobre as empresas municipais. Sobre a AGERE referiu que os gastos com a exploração de atividade da recolha de resíduos em ambiente urbano aumentaram 939.000,00€ relativamente ao ano de 2021, solicitando esclarecimentos sobre este aumento, tendo em conta que os serviços prestados não terão aumentado grandemente, e se esse aumento foi para pagar a aquisição de novas viaturas. Também sobre a AGERE, referiu que o resultado líquido de 8.000.000,00€ é muito interessante e que, do ponto de vista da remunicipalização, com estes resultados está-se a tornar a AGERE mais interessante a dificultar a sua aquisição futura, e questionou se os próprios lucros poderiam servir para adquirir a própria empresa. De seguida, mencionou que o contrato existente obriga ao pagamento de dividendos no mínimo de 80%, mas o que verificou é que estão a ser pagos na ordem dos 88%, não percebendo como é que os dividendos estão a ser distribuídos para lá do clausulado. Sobre o Theatro Circo, referiu ter detetado o pagamento de 100.000,00€ à MEO, solicitando um esclarecimento sobre o mesmo. De seguida, referiu ter ficado pouco claro o processo de entrada de 10 pessoas, manifestando a sua preocupação e solicitando saber se do ponto de vista da contratação pública foram respeitados todos os trâmites. Ainda sobre o Theatro Circo, referiu que as demonstrações financeiras comunicadas já não são por custo por unidade, mas como um todo, o que dificulta a diferenciação. De seguida, sobre a TUB, mencionou a existência de um grande suporte e proveito do estacionamento em superfície, referindo que o valor quase duplicou e que poderá fazer sentido pensar num pagamento diferenciado, essencial para garantir a paridade territorial, em forma de anel, porque estacionar na zona urbana não é o mesmo que estacionar na zona rural. Referiu também que se nota o trabalho da oposição, que analisa rigorosamente as contas e o trabalho das empresas municipais, havendo um acréscimo da melhoria e qualidade da informação fornecida. De seguida, sobre o município, aludiu que teve a maior receita fiscal de sempre e que nunca os bracaraenses pagaram tantos impostos à CMB, mas que o peso do investimento na receita total é metade do que era há 10 anos, e que a receita cresce e o investimento diminui sacrificando-se o investimento no desenvolvimento no concelho e no bem-estar dos Bracaraenses, o que não se coaduna com estes resultados. Tomou a palavra a **Vereadora da CDU, Bárbara Barros**, que, sobre o Relatório de Gestão, referiu que a versão de 2022, do ponto de vista da despesa, a maior fatia é a que concorre com os resultados fiscais, prende-se com as transferências de competências que foram feitas ao longo do ano passado, especialmente na área da educação, e que sabe que é uma despesa que tinha obrigatoriamente de ser alocada às escolas, mas mesmo assim fica

curto para aquilo que são as necessidades das escolas do território do concelho. De seguida, afirmou que, em relação ao investimento, os documentos o caracterizam numa lógica de gestão, superavit e poupança, mas não fica muito diferente do que se tem visto ao longo dos anos e embora nos documentos pareça que foi um ano com muito investimento, 2022 foi um ano em que pouco se fez. Do ponto de vista dos impostos, continua a haver espaço para alívio fiscal, em sede de IMI para todas as famílias, verificando que este continua a ser a fonte de rendimento principal do município, sem que haja um retorno para as famílias na melhoria da qualidade de vida. De seguida, sobre as questões de urbanismo, referiu que o que se fez em 2022, do ponto de vista de execução da estratégia local para a habitação, foi continuar a reabilitação do Bairro Social de Santa Tecla, com alterações significativas no projeto inicial, mas que ainda não dá resposta à elevada fila de espera, sendo que não se criou uma alternativa para a abertura do bairro e que se continua a insistir na reabilitação física dos bairros, sem o devido acompanhamento social que os territórios mais fragilizados necessitam. Prosseguiu dizendo que o foi de facto uma reabilitação em 2022 foi a reabilitação do Bairro Social das Andorinhas, que é a primeira em quase 30 anos de insistência, e muito aclamada, mas que é feita através de programas nacionais e internacionais, sendo que do ponto de vista do investimento municipal não é uma fatia muito grande. De seguida, aludiu que de fora ficou a construção de habitação pública, que tem vindo a reclamar nos últimos anos, que seja capaz de fazer frente ao problema de falta de habitação e que o plano, como já foi criticado por si, não garante. Prosseguiu, referindo uma notícia sobre a criação de 50 fogos, ao abrigo de um programa de arrendamento acessível, que será uma solução importante, mas paliativa, que atrai e isenta os proprietários das taxas de IMI, e que no imediato vai disponibilizar rendas acessíveis, mas na verdade não vão ser acessíveis a longo prazo, apenas enquanto durar o programa, e do ponto de vista de garantir a habitação pública, continuaremos sem encontrar soluções. De seguida, referiu que no espaço público se continua a aguardar a reabilitação do São Geraldo, que supostamente está para breve, mas que apesar de não estar aberto à comunidade nem em funcionamento, é já um peso financeiro para o município pela renda que o município se propôs a pagar contratualmente. De seguida, afirmou que continua a aguardar novo projeto ou a adaptação do mesmo do Nó de Enfiás ou a Variante do Cávado, duas obras que no seu entender resolverão grande parte do problema de mobilidade do tráfego de atravessamento do centro da cidade. De seguida, mencionou a sua preocupação relativamente à despesa, cada vez mais significativa com a externalização dos serviços, referindo que a rubrica dos projetos de arquitetura tem sido uma das principais, aludindo também à consultoria jurídica, e referindo que é algo que a Câmara Municipal poderia e deveria garantir se reforçasse os recursos humanos. Sobre a TUB, referiu que houve apostas ganhas do ponto

de vista do investimento, como a linha que faz a ligação ao Nova Arcada, e que muito embora se tenha completado os concursos públicos para a aquisição de viaturas elétricas ou outras para a renovação da frota continua a questão de aumentar e alargar o número de autocarros, sendo necessário pensar em novas redes ou no reforço de linhas. Sobre a InvestBraga, referiu que grande parte do espaço do GNRation é ocupado com outro uso que não o cultural, mas se quiserem o edifício com uma identidade cultural e com uma maior capacidade de crescimento, é preciso repensar os espaços que estão ali a ser utilizados e parece ser a altura de a InvestBraga perceber, dentro daquela área, como pode garantir que a Startup Braga tenha instalações próprias o mais rapidamente possível, ou junto da InvestBraga, noutro edifício municipal, para libertar espaço para que o GNRation possa continuar a sua atividade cultural. Sobre a BragaHabit, perguntou se há estimativa para a conclusão da reabilitação do Bairro Social de Santa Tecla e chamou atenção para o facto de o bairro continuar sem contentorização, ainda que temporária, sendo que os sacos do lixo continuam a ser postos no chão. De seguida, questionou sobre a aquisição de imóveis para aumentar a proposta da BragaHabit, que é uma prioridade à muito reclamada, do ponto de vista da habitação social, se a mesma já começou e como está a ser feita. De seguida, questionou, em particular, se a compra de um imóvel de 7 quartos se destina ao modelo de Housing First. De seguida, sobre a AGERE, afirmou que os resultados não surpreendem, e que vão encontro do que tem sido solicitado, no que à remunicipalização diz respeito, afirmando que os resultados devem ser investidos diretamente no serviço público, na qualidade e universalidade do serviço, ao invés de serem distribuídos milhões de dividendos por ano. De seguida, questionou sobre a fiscalização do lixo colocado fora dos contentores, referindo uma reunião com o Sr. Administrador onde foi explicado que numa primeira vez será emitido um aviso e na segunda será cobrada coima em dobro, mas que existem zonas do concelho em que os contentores ficam cheios muito rápidos e que apesar dos estudos que foram feitos, se numa zona da cidade se verificar que os contentores têm uma maior ocupação, talvez seja necessário aumentar o número de contentores. De seguida, sobre as questões de higiene, que a verdade e a realidade da rua é que há muitos contentores que ficam com maus cheiros e resíduos e se isso acontece então é necessário uma recolha e uma limpeza mais regular, mesmo que se vá muito além dos rácios, porque estes são meramente indicativos, e não se pode escudar no facto de se estar a fazer uma recolha acima do que é recomendado. Se for preciso recolher ou limpar mais vezes e aumentar o número de contentores, então isso deve ser feito onde existe um maior número de infrações, porque esse não deve ser o objetivo da AGERE. Referiu ainda que o documento não fazia menção a todos os titulares do direito de oposição, faltando alguns partidos que têm presença na Assembleia Municipal. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** que, sobre a

aquisição de habitações, referiu que se irá lançar o aviso para a aquisição nos mesmos moldes que foi feito para o arrendamento acessível, mas que até lá vai ser exercido, como tem acontecido, direitos de preferência, que têm sido seguidos á regra, sempre que se considere que o valor é justo. Sobre a questão dos sacos do lixo, referiu que de uma lógica absolutamente responsável, ninguém pode tolerar a colocação de um saco fora de um contentor e que qualquer responsável político tem de condenar quem o coloca fora do contentor e não quem o recolhe. Afirmou, de seguida, que muito provavelmente, o que seria explicado pelo Sr. Administrador da AGERE, é que um contentor perto de casa pode estar cheio, mas um contentor a 100 metros de casa estará vazio e as pessoas não têm cultura de andar esses 100 metros e a lógica da medida é incutir responsabilidade e todos temos de contribuir. Tomou a palavra o **Presidente do Conselho de Administração da AGERE, Rui Morais**, que reforçou o que havia sido dito pelo Sr. Presidente, e que sempre foi dito que o sistema de recolha de resíduos e de colocação de contentores é uma ação dinâmica, fruto das conversas com os presidentes das juntas, sendo que já foram colocados novos contentores, mas não podemos despejar mais contentores para a via pública do que o necessário. Prosseguiu dizendo que as pessoas estão habituadas a fazer sempre o mesmo caminho e que em muitas zonas tem-se feito sensibilização, colocado autocolantes com setas a explicar que existem contentores na zona, mas que a colocação de contentores é dinâmica e quando, por exemplo, surgem novas habitações, faz-se um reforço dos contentores. Relativamente às coimas, afirmou que, tal como havia explicado em reunião anterior, há sempre uma notificação que é enviada às pessoas, e que existe a possibilidade de defesa, sendo que não se avançará nas situações em que ela é facultada, salvo se repetir o ato. Relativamente ao aumento dos gastos, infelizmente houve o aumento da TGR, em que só parte foi repercutida no tarifário, o aumento do tarifário da Braval, e o custo muito grande do gasóleo. Relativamente à distribuição, referiu que esse assunto já havia sido explicado há muitos anos, mesmo durante o governo do PS, e que o valor de 8% se deve ao facto de a distribuição ser feita via responsabilidade social, sendo que é preferível ter o gasto porque em muitas dessas situações existem benefícios fiscais e é preferível fazê-lo dessa forma. No que aos rácios diz respeito, informou que não se olha para o que é definido pela ERSAR, ou se estão melhor ou pior, mas sim de acordo com o que a operação exige, e se fazem limpeza aos contentores 20 vezes por ano num país em que apenas se exige que se faça 6 é porque acham que é necessário, mas não invalida que um determinado contentor em determinado momento cheire mais ou menos, sendo que existe uma equipa que vais aos locais e limpa naquele momento o contentor. Tomou a palavra o **Administrador da BragaHabit, Carlos Videira**, que, sobre o Bairro de Santa Tecla, informou que efetivamente foi feita alteração ao projeto inicial, com a questão da demolição do Lote 2, e que a perspetiva de abertura do



bairro à comunidade fica ligeiramente condicionada, mas não fica comprometida, a obra no espaço público está a semanas de terminar, será criada uma praça que permite a criação de algumas valências de interação para a comunidade, está a ser terminada a requalificação do ringue, já está pronto o parque de estacionamento nas traseiras do bairro e a circulação alternada de viaturas garantindo uma maior integração da comunidade com o tecido da cidade, o que está um pouco mais demorado é a obra do bloco 2, entradas 2 e 3. O contrato com o empreiteiro foi assinado nos últimos dias de dezembro e tem um prazo de execução de 8 meses, portanto, acredita-se que no final do verão a obra estará terminada. De seguida, sobre o Bairro das Andorinhas, reconheceu que houve uma alteração daquilo que eram os planos, no ano passado desistiu-se do concurso no âmbito da eficiência energética, porque era mais vantajoso para o Município e para a BragaHabit, já que apenas financiava 85%, e porque não dava oportunidades aos proprietários privados de irem a jogo. Informou que após a desistência da candidatura, todas as frações, privadas e públicas, foram submetidas ao financiamento do 1.º direito e que no que diz respeito à habitação pública toda essa parte já está candidatada, aprovada, os contratos de comparticipação assinados, e neste momento temos 123 fogos públicos, 46 estão em execução de obra e os restantes estão em fase de contratação. Foi decidida uma abordagem diferente, em relação ao Bairro de Santa Tecla, que é um bairro apenas de propriedade pública, e aqui estamos a fazer os concursos de acordo com as candidaturas, ou seja, bloco a bloco, até porque as condições são diferentes, sendo que em alguns a Câmara tem maioria, e o esforço dos privados será diminuto, e noutros não têm maioria e tiveram de fazer a maioria das intervenções em espaço comum em reunião de condomínio e recolher a informação dos privados para a candidatura e que cada uma das obras que está a ser adjudicada tem o prazo de execução de 100 dias. De seguida, sobre os proprietários privados, afirmou que já foram remetidas as candidaturas de 2, que foram validades, e nas próximas semanas vão continuar a ser submetidas as restantes candidaturas, para garantir que essas pessoas podem acompanhar os investimentos previstos, que são da sua responsabilidade nas partes comuns. Sobre a questão da habitação pública, referiu que foi identificado como objetivo a construção de 171 fogos, existem 87 aquisições e 11 novas soluções para a comunidade de São Gregório, e que tudo isto dará resposta à lista de espera, que neste momento está em 286 famílias, porque o que foi feio no ano passado foi contactar todas as famílias e verificamos que por diversas razões existiram pessoas que já não deviam estar na lista de espera. Do ponto de vista das aquisições, será lançado um aviso ao mercado, com oferta pública de aquisição e outras situações como direitos de preferência decorrentes da lei, que a BragaHabit possa ter decorrente da sua condição de inquilino, situações em que, por exemplo, os proprietários do Bairros das Andorinhas não sejam elegíveis para



financiamento ao abrigo do 1.º direito e esta moradia em específico será para uma solução de moradia partilhada, sendo que temos 27 pessoas na lista para residência partilhada. Prosseguiu dizendo que as aquisições avulsas terão a ver com questões de reabilitação, sendo que será realizado um estudo para verificar se o valor de aquisição e de reabilitação está dentro do valor de referência do PRR e do 1.º direito, que neste momento está dentro dos 1.560,00 euros por metro quadrado. Terminou afirmando que compreende os receios quanto ao arrendamento acessível, de essa ser apenas uma solução transitória, mas foi criada uma salvaguarda de conferir benefícios fiscais a quem fizer contratos de prazo igual ou superior a 5 anos, apesar de qualquer proprietário poder aderir. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara**, que informou que no ano passado foram 22% de famílias a mais que receberam apoios da BragaHabit, no RADA foram mais 300 famílias que beneficiaram do apoio, e no programa municipal de combate à pobreza energética foram 300 candidaturas, das quais 100 já receberam o voucher de apoio. Tomou a palavra o **Vereador do PS, João Rodrigues**, para informar que na próxima Reunião de Câmara vai trazer uma proposta pública de aquisição de 15 apartamentos e que já está preparada uma oferta pública de aquisição de terrenos, tendo em conta esta necessidade. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara**, que sobre os transportes urbanos, informou que a receita arrecadada. Tomou a palavra o **administrador executivo dos Transportes Urbanos de Braga, Teotónio Santos**, que informou, sobre o estacionamento, que em 2019 optou-se por uma zona única, para facilitar a adaptação municipal numa área que era nova para a TUB, tendo havido um decréscimo de 1 euro por hora para 80 centimos por hora, afirmando que pode ser realizada uma reflexão de acordo com a sugestão feita. De seguida, referiu que se verificou o retomar dos passageiros e da oferta, apesar de o início de 2022 ainda ter sido problemático, devido à pandemia, mas terminaram o ano de 2022 com mais 3,29% de quilómetros e já este ano foi implementada a melhoria do n.º 43, e mal cheguem as novas viaturas vão reforçar as linhas 40 e 41 e em setembro vai ser lançada uma nova linha que liga o hospital privado de Nogueira à Universidade do Minho, e até ao final de abril terão mais 6 viaturas, até julho mais 12, e depois até ao final do ano mais 12. Terminou afirmando que se tem verificado um aumento significativo de utilizadores de passe, de sensivelmente mais 12.000 passes mensais. Tomou a palavra a **administradora executiva do Teatro Circo, Cláudia Leite**, que informou que quanto à divisão por áreas isso não é feito no relatório, mas no orçamento, e que foi feito um esforço de apresentar as contas com esta informação, informando que poderá, no entanto, acrescentar a informação pretendida. Em relação à MEO, informou que não são 100.000.00€, já que o valor inclui valores de contratação de anos anteriores, de 2019 e 2021, sendo um quadro de execução orçamental que tem todas as contratações desde que este ano tenha havido

algum pagamento relativo a esses contratos, e que o valor do contrato de 2019 é seguramente o pagamento de uma fatura realizado no ano de 2021. De seguida, sobre as contratações efetivas com a MEO, referiu que há 3 contratações no valor de 56.000,00€ que foram feitas em 2022, mas que não dizem respeito só a esse período, sendo o valor total do contrato, 20.000,00€ para licenças da Microsoft para 10 anos, sendo que a MEO foi a que apresentou a melhor proposta, cerca de 28.000,00€ para telecomunicações para 3 anos, 12.000,00€ para compra de equipamentos, sendo que a MEO também foi a que apresentou a melhor proposta. De seguida, sobre os contratos de trabalho, referiu que o aumento do quadro de 10 pessoas, nenhuma está a tempo inteiro, e todas estão a contrato a termo incerto, associado à execução do contrato, tendo sido contratado um técnico de instalações, um de manutenção, saiu um produtor e entrou outro, duas pessoas para a comunicação, quatro pessoas para a bilheteira part-time, uma pessoa para substituir outra que saiu, e um contrato para substituir uma baixa, mas os números englobam pessoas que vão saindo e que estão de baixa. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** que, sobre a instalação do edifício do GNRation com outras valências, afirmou que não é despiciente que uma estrutura como a Startup Braga esteja integrada numa estrutura como o GNRation e é completamente diferente para aquelas empresas, e para o clima que se quer criar de colaboração e de inovação, que estejam naquele contexto muito específico, num edifício icónico, numa dinâmica específica do ponto de vista cultural, do que instalá-las num escritório qualquer indiferenciado para desenvolverem, do ponto de vista negocial, os seus projetos, e que esta foi uma aposta estratégica e terá que haver sempre uma estratégia em termos de espaço, mas essa ligação não é despropositada. Prosseguiu dizendo, relativamente ao investimento na cidade, que entende que o investimento é importante, mas há várias outras políticas que são igualmente importantes e aquilo que foi feito ao longo dos últimos 10 anos foi conciliar muitas das coisas que foram ditas, com uma gestão mais rigorosa, mais contida do ponto de vista do endividamento, que alavanca o processo de despesa numa arrecadação superior de impostos, mas com uma particularidade que é o facto de Câmara Municipal de Braga estar hoje a receber mais impostos e todos os bracarenses sem exceção estão a pagar menos impostos do que pagavam há mais anos. Prosseguiu dizendo que uma coisa é aumentar a massa coletável, com mais pessoas e mais rendimentos, outra coisa é pôr as pessoas mais impostos, e todos os impostos foram reduzidos e criadas várias isenções e mesmo assim conseguiu-se ter uma receita melhor. De seguida, referiu que muita da despesa que foi considerada nociva, nomeadamente com a transferência de bens e serviços, tem características muito específicas, e que o processo de descentralização obrigou a que uma parte substancial das verbas sejam consideradas despesas de bens e serviços, e que, portanto, se refletem contabilisticamente. De

seguida, referiu que o investimento continua, sendo que no ano 2022 houve intervenções a nível infraestrutural, em vários equipamentos e edifícios escolares, e que nem todo é investimento novo, mas que resulta da necessidade de intervenção, e que se continuará a fazer investimento desde que o PRR seja canalizado para o território e com o Portugal 2030, quando tenha os seus primeiros avisos, concluindo que este se trata de um modelo de gestão diferente aos dos vereadores da oposição. Tomou a palavra o **Vereador do PS, Artur Feio**, que afirmou que se trata de muito mais do que um modelo de gestão diferente, e que há um desfasamento entre o discurso do Sr. Presidente e a realidade de rua, e que aquilo que dizem os números é que não foi feito o suficiente, ficando a expectativa que no próximo ano se melhore as taxas de execução, sobretudo no que diz respeito a promessas eleitorais, como as Sete Fontes, o Nó de Enfias, que se não forem lançadas até ao final do ano, já não serão inauguradas pelo Sr. Presidente. Tomou a palavra a **Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros**, que, sobre o GNRation, aludiu que aquele local será o que se quiser que ele seja, e se o mesmo for pensado numa perspetiva de beneficiar outros, ele não irá crescer e solidificar-se como espaço cultural que é. Prosseguiu afirmando que é preciso muita criatividade e coragem para trabalhar numa oposição com tão poucos apoios para o fazer, não estando a tempo inteiro, sem assessoria, sem estar próxima dos recursos humanos e serviços do município. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** que aludiu que a vereadora tem um excelente modelo de quem fez oposição em Braga. **Deliberado aprovar por maioria e remeter à Assembleia Municipal, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Altino Bernardo Lemos Bessa, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, João Vasconcelos Barros Rodrigues e Carla Maria Ferreira Sepúlveda, e com os votos contra dos Vereadores do PS, Sílvia Cristina Conduto de Sousa, Adolfo Augusto Martins Cruz Morais Macedo, Maria Helena Fernandes Teixeira e Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa, e da Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros.** -----

**4. Documentos de prestação anual de contas das empresas municipais, relativo ao exercício de 2022.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se que a Câmara Municipal, tome conhecimento e aprecie os documentos de prestação anual de contas das empresas municipais, relativo ao exercício de 2022, e submeta os mencionados documentos, nos termos previstos na alínea a) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, à apreciação da Assembleia Municipal.” **Tomou-se conhecimento. Remeter à Assembleia Municipal para conhecimento.** -----

**5. Proposta de Alteração ao Mapa de pessoal 2023 e aditamento ao Plano de Recrutamento da Câmara Municipal de Braga.** Foram apresentadas as seguintes propostas: “Submetem-se à consideração do Executivo Municipal nos termos dos n.ºs 3 e 4 do art.º 28.º, n.º 4 do art.º 29.º e n.º 4 e 6 do art.º 30 todos da LTFP, conjugados com o artigo 3.º, n.º 2, al. a) do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, com vista à aprovação da Assembleia Municipal as seguintes propostas: **a)** Aprovação da alteração ao Mapa de Pessoal de 2023 (Anexo 1), por forma a contemplar as situações acima apresentadas na proposta que vai em anexo, **b)** A aprovação do aditamento ao Plano de Recrutamento para 2023 (Anexo 2), autorizando cfr. artigos 28.º, n.º 3, conjugado com o artigo 30.º, n.ºs 4 e 6 da LTFP, nos termos e limites do referido plano, que: i. os recrutamentos para ocupação dos postos de trabalho previstos e não ocupados no mapa de pessoal possam ocorrer através de ofertas de mobilidade entre órgãos, cedência de interesse público, por via do mecanismo da mobilidade intercarreiras ou mediante procedimento concursal, ii. o âmbito do recrutamento para preenchimento dos postos de trabalho previstos e não ocupados no mapa de pessoal de 2023 seja o de trabalhadores com e sem vínculo de emprego público ou com vínculo de emprego público a termo; iii. o recrutamento dos postos de trabalho que vierem a ficar vagos durante o ano de 2023 possa ocorrer de entre trabalhadores com e sem vínculo de emprego público ou com vínculo de emprego público a termo”. Tomou a palavra a **Vereadora do PS, Sílvia Sousa**, que referiu que a informação apresentada faz referência a um mapa para 2023 que foi aprovado no dia 18 de novembro de 2022, na Assembleia Municipal, e que no sentido de perceber o que ali está, e se o mapa é efetivamente o que foi aprovado, foi procurar nos documentos que foram a reunião de câmara, e encontrou uma proposta de 30 de março de 2022 e outra a 12 de setembro de 2022, sendo que os números não batem certo, o mesmo acontecendo com o mapa de postos ocupados e postos por ocupar, quando realiza as contas por serviço, questionando, de seguida, a que se deve o facto de se estar sistematicamente a ter valores elevados por ocupar na ordem dos 25%, sendo que, com este aditamento, em 2023 teremos 40,9% de lugares por ocupar, solicitando uma clarificação para essa questão, nomeadamente no que diz respeito às necessidades, pessoas que se vão reformar, ou questões que decorrem da delegação de competências ou daquelas que transitam dos serviços centrais para o âmbito municipal. De seguida, referiu que ainda que o impacto orçamental esteja acautelado, considerando que são despesas correntes, valeria a pena ter uma estimativa desse impacto. Ato contínuo, sobre as várias modalidades de contratação, nomeadamente algumas de regularização de alguns contratos, seria importante perceber todas essas origens e quais os processos e procedimentos associados à contratação. De seguida, referiu que toda a informação é muito vaga, sendo que os pontos que são lançados, dando o

exemplo da saúde, não permitem identificar os novos postos no mapa, referindo também um desfasamento de números que considera ser importante clarificar. De seguida, referiu que o comentário vem muito retalhado, dando o exemplo da Polícia Municipal, dizendo que não questiona a necessidade, mas a informação que foi prestada, referindo que não houve tempo para solicitar a informação aos serviços. Questionou também porque motivo existe este aditamento, quando já existe um mapa aprovado com 25% de postos por ocupar em relação a postos ocupados, que aumenta ainda mais essa percentagem, referindo que não lhe parece que os argumentos justifique esse aditamento, referindo que ou existe a possibilidade de se rever este ponto com as clarificações solicitadas, ou o partido votará contra. Tomou a palavra o **Diretor Municipal de Gestão Administrativa, Sandro Louro**, o mapa de pessoal para o ano de 2023 foi aprovado aquando da aprovação do orçamento, um documento obrigatório por lei que tem de ir anexo aos documentos provisionais. De seguida referiu que a alteração pretende, por um lado, compreender a questão da descentralização a nível da saúde, garantindo os lugares necessários, e, por outro, fazer ajustes fruto da gestão do dia a dia a nível da equipa de eletricistas, que é curta, isto porque com a descentralização passou a haver várias responsabilidades a nível de manutenção, e que se existirem outras dúvidas, poderá ser feito chegar o encontro de números, mediante pedido por escrito. **Deliberado aprovar por maioria e remeter à Assembleia Municipal, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Altino Bernardo Lemos Bessa, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, João Vasconcelos Barros Rodrigues e Carla Maria Ferreira Sepúlveda, e com a abstenção dos Vereadores do PS, Sílvia Cristina Conduto de Sousa, Adolfo Augusto Martins Cruz Morais Macedo, Maria Helena Fernandes Teixeira e Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa, e abstenção da Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros.** -----

-----

**6. Subsistema de avaliação de desempenho das unidades orgânicas (SIADAP 1) – 2022.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submetem-se à consideração do Executivo Municipal, o subsistema de avaliação de desempenho das unidades orgânicas (SIADAP–1) -2022, que se anexa.” **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Altino Bernardo Lemos Bessa, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, João Vasconcelos Barros Rodrigues e Carla Maria Ferreira Sepúlveda, e com a abstenção dos Vereadores do PS, Sílvia Cristina Conduto de Sousa, Adolfo Augusto Martins Cruz Morais Macedo, Maria Helena**

**Fernandes Teixeira e Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa, e da Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros.** -----

-----

**7. Proposta de Alteração dos Estatutos da BRAGAHABIT – Empresa Municipal de Habitação de Braga, EM.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se à consideração do Executivo Municipal com vista aprovação pela Assembleia Municipal, a proposta de Alteração dos Estatutos da BRAGAHABIT – Empresa Municipal de Habitação de Braga, EM, nos termos do artigo 22º A, da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, na sua versão atualizada e artigos 25º, nº 1, alínea n) e 33º, nº 1, alínea ccc) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.” **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Altino Bernardo Lemos Bessa, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, João Vasconcelos Barros Rodrigues e Carla Maria Ferreira Sepúlveda, da Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros, e com a abstenção dos Vereadores do PS, Sílvia Cristina Conduto de Sousa, Adolfo Augusto Martins Cruz Morais Macedo, Maria Helena Fernandes Teixeira e Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa.** -----

-----

**8. Permuta de imóveis entre o Município de Braga e a Cáritas Diocesana de Braga.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se à consideração do Executivo Municipal proposta, na qual a Caritas Diocesana de Braga propõe a permuta, (de acordo com o disposto no artigo 33.º, n.º 1, alínea g), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro), entre um terreno do qual é proprietária, equivalente ao lote EQ 1, para construção urbana, com a área de 600 m2, sito no lugar das Enguardas de Cima, freguesia de S. Vitor, Braga, o qual faz parte da operação de loteamento promovida pela câmara municipal, titulada pelo alvará com o n.º 6/98, de 26 de janeiro, e a antiga Escola EB1 de Arcos, situada em Arcos, Largo do Centro Cívico, com a área total de 1200 m2, área coberta de 96 m2 e área descoberta de 1104 m2, propriedade do Município de Braga, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.” Tomou a palavra a **Vereadora do PS, Sílvia Sousa**, que informou que sabe que havia vontade da junta de freguesia de dar uso a este imóvel, motivo pelo qual o PS se absterá. De seguida, tomou a palavra a **Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros**, que afirmou que para o mesmo edifício já havia sido feito um contrato de comodato, que agora fica sem efeito, questionando se as negociações não podiam fazer logo desta forma, e se já se sabe para que será utilizado o terreno das Enguardas. Tomou a palavra o **Presidente**



da **Câmara** que aludiu que se tentou acelerar o processo, por motivos de candidatura, sendo que assim se estará a tornar o direito real permanente. Tomou a palavra o **Vereador da Coligação Juntos por Braga, João Rodrigues**, que informou que neste momento ainda não existe uma finalidade para o terreno que ali existe. **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Altino Bernardo Lemos Bessa, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, João Vasconcelos Barros Rodrigues e Carla Maria Ferreira Sepúlveda, e com a abstenção dos Vereadores do PS, Sílvia Cristina Conduto de Sousa, Adolfo Augusto Martins Cruz Morais Macedo, Maria Helena Fernandes Teixeira e Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa, e da Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros.** -----

9. **Empreitada “Eu Já Passo Aqui – Lote 6” – Proposta de Modificação Objetiva Contratual nº 2.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Propõe-se a autorização, pelo Executivo Municipal, para a execução dos trabalhos complementares, no valor global de 130.340,04+IVA, a aprovação da supressão de trabalhos no valor de 21.626,65€ e aprovação da prorrogação do prazo por 30 dias e da minuta do aditamento ao contrato, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.” Tomou a palavra a **Vereadora do PS, Artur Feio**, que anunciou que o PS votaria contra porque existe uma quantidade de erros muito grande, como a não previsão de instalação de contentores enterrados de resíduos, afirmando que aquela intervenção tem sido um sufoco para aqueles moradores, e que tem várias dúvidas quanto à utilidade da mesma e que se está a cometer um erro com o estreitamento da via, porque aquilo que se pretende fazer com ali com o Eu Já Passo Aqui é altamente questionável do ponto de vista ético, e ainda que se esteja a aprovar um adicional contratual, entende que decorre de uma falha do próprio projeto, que já havia sido alertada. De seguida, tomou a palavra a **Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros**, que afirmou que não votaria contra, porque se é necessário que sejam incluídos os trabalhos adicionais para terminar a obra, não colocará obstáculos, mas pelas questões que têm sido trazidas pelos residentes, proprietários de negócios que ficaram com os acessos cortados, esta obra tem causado transtornos para quem mora, quem trabalha e quem passa lá, e quando se vai intervir ao ponto de cortar vias de trânsito, ou criar este tipo de incómodo, isso tem de ser feito com o pressuposto de que isso irá ser feito no mais curto espaço tempo possível e com o menor incómodo possível, e a preparação do projeto nestas intervenções prova ser muito escassa, não sendo a primeira vez que se referem os erros e incongruências dos projetos. **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e**



dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Altino Bernardo Lemos Bessa, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, João Vasconcelos Barros Rodrigues e Carla Maria Ferreira Sepúlveda, da Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros e com os votos contra dos Vereadores do PS, Sílvia Cristina Conduto de Sousa, Adolfo Augusto Martins Cruz Morais Macedo, Maria Helena Fernandes Teixeira e Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa. -----

10. **Empreitada CPE.27.20. DMOSM - “Requalificação da Escola Básica de Figueiredo” - Prorrogação de prazo.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Propõe-se a aprovação da prorrogação de prazo da empreitada em epígrafe, por 67 dias, nos termos da informação do gestor do contrato, constante do processo, prevendo-se a conclusão da obra até 30/06/2023.” **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Altino Bernardo Lemos Bessa, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, João Vasconcelos Barros Rodrigues e Carla Maria Ferreira Sepúlveda, e com a abstenção dos Vereadores do PS, Sílvia Cristina Conduto de Sousa, Adolfo Augusto Martins Cruz Morais Macedo, Maria Helena Fernandes Teixeira e Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e da Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros.** -----

11. **Empreitada CPE.9.20. DMOSM “Requalificação e Ampliação da escola básica de Este S. Pedro” - prorrogação de prazo.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se para ratificação, a decisão do Sr. Presidente, de 4 de abril de 2023, que aprovou a prorrogação do prazo da empreitada em epígrafe, por 50 dias, tudo de acordo com os documentos contantes do processo.” **Deliberado ratificar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Altino Bernardo Lemos Bessa, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, João Vasconcelos Barros Rodrigues e Carla Maria Ferreira Sepúlveda, e com a abstenção dos Vereadores do PS, Sílvia Cristina Conduto de Sousa, Adolfo Augusto Martins Cruz Morais Macedo, Maria Helena Fernandes Teixeira e Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e da Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros.** -----

**12. Empreitada “Eu Já Passo Aqui – Requalificação da Avenida da Liberdade – UF São Lázaro e São João do Souto – ratificação da aprovação da minuta da adenda ao contrato - CPE.16.22. DMOSM.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se para ratificação a decisão do Sr. Presidente da Câmara de 5 de abril de 2023, que aprovou a Minuta da Adenda ao contrato da empreitada em epígrafe, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.” **Deliberado ratificar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Altino Bernardo Lemos Bessa, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, João Vasconcelos Barros Rodrigues e Carla Maria Ferreira Sepúlveda, e com a abstenção dos Vereadores do PS, Sílvia Cristina Conduto de Sousa, Adolfo Augusto Martins Cruz Morais Macedo, Maria Helena Fernandes Teixeira e Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e da Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros.** -----

**13. Empreitada: Inserção da Rede Pedonal e Ciclável no Centro Urbano de Braga – Variante da Encosta, Lamações - Conta final da empreitada- CPE.4.19. DMOSM.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Propõe-se para aprovação a conta final da empreitada em epígrafe, tudo de acordo com os documentos constantes no processo.” **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Altino Bernardo Lemos Bessa, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, João Vasconcelos Barros Rodrigues e Carla Maria Ferreira Sepúlveda, e com a abstenção dos Vereadores do PS, Sílvia Cristina Conduto de Sousa, Adolfo Augusto Martins Cruz Morais Macedo, Maria Helena Fernandes Teixeira e Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e da Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros.** -----

**14. Empreitada – Concurso Público “Musealização da área das Carvalheiras” – Área Arqueológica, Centro Interpretativo e área envolvente, (acesso e parque).** Foi apresentada a seguinte proposta: Submete-se à consideração do Executivo Municipal proposta de abertura de procedimento concursal por concurso público, ao abrigo da alínea b) do artigo 19.º da redação do Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual, com vista à execução da empreitada de “Musealização da Área das Carvalheiras – Área Arqueológica, Centro de Interpretação e Área Envolvente (Acesso e Parque)” a levar a efeito no interior do quarteirão definido pela rua Cruz de Pedra, rua do Matadouro e Rua de São Sebastião na U.F. Maximinos, Sé e Cidade; tudo de acordo

com os documentos constantes no processo. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

-----

**15. Projeto de Regulamento do Conselho Municipal de Ambiente e Ação Climática do Município de Braga.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à aprovação do Executivo Municipal, com vista à posterior aprovação da Assembleia Municipal, termos da alínea k) do n.º 1, do artigo 33.º e da alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, na sua atual redação – todos, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual o projeto de Regulamento do Conselho Municipal de Ambiente e Ação Climática do Município de Braga, conforme documentos constantes do processo.” Tomou a palavra a **Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros**, que aludiu que neste tipo de propostas é normalmente facultada, juntamente com a documentação, um comparativo e uma tabela que dizem quais foram as alterações, as propostas novas de redação e se foram acolhidas e porquê, e não tendo nada a opor gostaria de perceber quais foram as propostas e se foram acolhidas e não, sugerindo o adiamento da votação. Tomou a palavra o **Vereador da Coligação Juntos por Braga, Altino Bessa**, que informou que a consulta era, de alguma forma, informal, não obrigatória, mas que se entendeu fazer isso para tornar o processo mais participativo e democrático, sendo que algumas sugestões foram acolhidas, prestando-se a enviar os contributos. **Retirado da agenda.** -----

-----

**16. Regulamento da Bienal da Ilustração- Proposta final.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à aprovação do Executivo Municipal, com vista à posterior aprovação da Assembleia Municipal, o Projeto de Regulamento da Bienal da Ilustração, conforme documentos constantes do processo.” **Deliberado aprovar por maioria e remeter à Assembleia Municipal, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Altino Bernardo Lemos Bessa, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, João Vasconcelos Barros Rodrigues e Carla Maria Ferreira Sepúlveda, e com a abstenção dos Vereadores do PS, Sílvia Cristina Conduto de Sousa, Adolfo Augusto Martins Cruz Morais Macedo, Maria Helena Fernandes Teixeira e Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e da Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros.** -----

-----

**17. Alteração ao Regulamento dos Fundos de Maneio.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à aprovação do Executivo Municipal de acordo com o artigo 33º, n.º 1, alínea k) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a proposta de alteração do Regulamento dos Fundos de Maneio, conforme documento constante do processo.” **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor**

do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Altino Bernardo Lemos Bessa, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, João Vasconcelos Barros Rodrigues e Carla Maria Ferreira Sepúlveda, e com a abstenção dos Vereadores do PS, Sílvia Cristina Conduto de Sousa, Adolfo Augusto Martins Cruz Morais Macedo, Maria Helena Fernandes Teixeira e Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e da Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros. -----

18. **Proposta de delimitação da área de reabilitação urbana espaço central e respetivo plano estratégico de reabilitação urbana (PERU).** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal a proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) Espaço Central e do Plano Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU) para efeitos de aprovação e execução de uma Operação de Reabilitação Urbana (ORU) sistemática foi mantida na íntegra de acordo com a sua versão original, em conjunto com a proposta submetida a discussão pública, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.” **Deliberado aprovar por unanimidade e remeter à Assembleia Municipal.** -----

19. **Proposta de delimitação da área de reabilitação urbana expansão da cidade e respetiva estratégia de reabilitação urbana (ERU).** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal a proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) Expansão da Cidade e da Estratégia de Reabilitação Urbana (ERU) para efeitos de aprovação e execução de uma Operação de Reabilitação Urbana (ORU) sistemática foi mantida na íntegra de acordo com a sua versão original; em conjunto com a proposta submetida a discussão pública, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.” **Deliberado aprovar por unanimidade e remeter à Assembleia Municipal.** -----

20. **Contratos Interadministrativos de delegação de competências - aprovação dos autos de transferência de competências e recursos nas freguesias.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se à consideração do Executivo Municipal com vista à aprovação da Assembleia Municipal: a) Tendo em atenção que os contratos interadministrativos de delegação de competências celebrados continuaram a ser materialmente executados, de forma concertada entre o município e as freguesias até à presente data, para garantia da continuidade do serviço público e, por razões de segurança jurídica, a sua aprovação com eficácia retroativa a 1 de janeiro de 2022, com particular destaque aos

seus efeitos financeiros, ao abrigo do disposto no artigo 164º do Código do Procedimento Administrativo conjugado com os princípios jurídicos constantes do Anexo I à citada Lei nº 75/2013, sendo certo que, por força da disposição legal imperativa, constante do artigo 123º, nº 3, in fine, do Anexo I à mencionada Lei nº 75/2013 a “mudança dos titulares dos órgãos dos contraentes públicos não determina a caducidade do contrato”, pelo que tais contratos mantiveram a sua plena vigência até data. **b)** Aprovação das minutas dos contratos interadministrativos a celebrar com as freguesias, urbanas e não urbanas, e do respetivo mapa financeiro, na sequência de estudo económico- financeiro realizado ajustado à realidade atual de cada freguesia, conforme fundamentação deles constante prestada pelos competentes serviços técnicos, com prazo de vigência até 31/12/2023, que totaliza, conforme mapa em anexo, o montante de 3.496.165,61€ (três milhões, quatrocentos e noventa e seis mil, cento e sessenta e cinco euros e sessenta e um cêntimos – subtrair o valor já pago); **c)** A partir do ano de 2024 e tendo em atenção que se mostra cabalmente concluído o processo negocial com as freguesias e, na sequência também das deliberações do Executivo de 01/07/2019 e da Assembleia Municipal de 19/07/2019, com a fundamentação delas constante, a aprovação do seguinte: **c1)** Relativamente às “freguesias urbanas da cidade”: São Vítor, São José de S. Lázaro e São João do Souto, São Vicente, Maximinos, Sé e Cidade, optar-se pela recusa ou não transferência das competências constantes das alíneas a), b), c), d), g), h), j), k), l) e m), do nº 1, do artigo 2º, do DL nº 57/2019, de 30 de abril. **c2)** Relativamente às “freguesias não urbanas da cidade”, optar-se pela recusa ou não transferência das competências constantes das alíneas d), g), h), j), k), l) e m), do nº 1, do artigo 2º, do DL nº 57/2019, de 30 de abril. **c3)** Mantendo-se no âmbito de intervenção do Município de Braga, recusando a transferência para os órgãos das freguesias, das competências supra identificadas. **c4)** E transferindo-se para as “freguesias urbanas” as constantes das alíneas e), f) e i) e para as “freguesias não urbanas” as constantes das alíneas a), b), c), e), f) e i), do nº 1, do artigo 2º, do DL nº 57/2019. Tomou a palavra o **Vereador do PS, Artur Feio**, que deixou uma nota para a interação que houve com os presidentes de junta, referindo que percebe as dificuldades e receios desses com este processo de transferência de competências, que não são profissionais da política e que com esta transferência irão assumir grandes responsabilidades, e que este processo carecia de maturação, algo que reconhece ter sido feito, dando os parabéns. Tomou a palavra a **Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros**, que referiu haver algumas áreas que já eram da competência das freguesias, como a manutenção dos espaços verdes, referindo sabe que o cumprimento deste serviço público, em algumas freguesias, está a ser muito complexo, não sendo feito com a regularidade e eficácia que devia, sendo que as freguesias referem muitas vezes que se deve à falta de apoio e verbas por via do contrato

interadministrativo, sendo que é algo que deve ser garantido, tal como acontece com a manutenção do parque escolar. De seguida, referiu que pela desconfiança da eficácia e da concretização deste modelo que não se tem visto, se iria abster. **Deliberado aprovar por maioria e remeter à Assembleia Municipal, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Altino Bernardo Lemos Bessa, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, João Vasconcelos Barros Rodrigues e Carla Maria Ferreira Sepúlveda, dos Vereadores do PS, Sílvia Cristina Conduto de Sousa, Adolfo Augusto Martins Cruz Morais Macedo, Maria Helena Fernandes Teixeira e Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e com a abstenção da Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros.** -----

**21. Minuta de Memorando de entendimento (MOU)/Comodato Projeto Baterias 2030.**

Foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando o disposto do artigo 33º, nº 1, alíneas o), u) e ff) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, submete-se à aprovação do Executivo Municipal a minuta do Contrato de Comodato, denominado Memorando de Entendimento do Projeto Baterias 2030, por possuir inequívoco interesse público municipal, nos termos e com as finalidades expressamente previstas naquele documento que, igualmente se anexa.” **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

**22. Apoios financeiros – contratos-programa de desenvolvimento desportivo 2022/2023.**

Foram apresentadas as seguintes propostas: “Submetem-se, à consideração do Executivo Municipal, a aprovação dos seguintes contratos-programa de desenvolvimento desportivo a celebrar com o Município de Braga 2022/2023, nos termos enunciados do n.º 1 e alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro: **a)** Associação de Futebol de Braga, no valor de 155.418,00€ (Inscrições/seguros/25% dos jogos/competições) – E/19347/2023; **b)** Associação de Voleibol de Braga, no valor de 3.000,00€ (Final 4 do Campeonato Nacional SUB21) – I/28917/2023; **c)** Clube de Golfe de Braga, no valor de 1.458,00€ (Inscrições).” **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

**23. Contratos de Dinamização Cultural.** Foram apresentadas as seguintes propostas:

“Submetem-se à consideração do Executivo Municipal os seguintes contratos de dinamização cultural, que têm por objeto a atribuição de apoios financeiros às seguintes entidades, de acordo com as alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e nos



termos do n.º 2 do artigo F-1/3.º e do artigo F-1/9.º do Código Regulamentar do Município de Braga: **a)** Encontros da Imagem – Associação Cultural, no valor de 50.000,00€ a pagar em 9 prestações de igual montante, entre os meses de abril e dezembro; **b)** Centro Cultural e Social de Santo Adrião, no valor de 1.000,00 €, a pagar em duas prestações de igual montante, a primeira, em 30 de abril, a segunda a 30 de setembro; **c)** Cabido da Sé de Braga, no valor de 26.000,00€, a pagar em duas prestações de igual montante, a primeira, em 30 de abril, a segunda a 31 de maio; **d)** Rodellus-Associação Cultural, no valor de 27.500,00€, a pagar em duas prestações de igual montante, a primeira, em 30 de junho, a segunda a 30 de setembro; **e)** Comissão de Festas da Páscoa da Rua da Boavista, no valor de 2.000,00€, a pagar em duas prestações de igual montante, a primeira, em 30 de abril, a segunda a 31 de maio.” **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

**24. Propostas de atribuição de apoios financeiros/Entidades.** Foram apresentadas as seguintes propostas: “Submetem-se à consideração do Executivo Municipal, as seguintes propostas de atribuição de apoios financeiros às seguintes entidades: **a)** Centro Comunitário de S. Martinho de Dume, no valor de 30.000,00€, para aquisição de equipamentos de natureza social e construção de zona de lazer no referido Centro Comunitário, de acordo com a alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e as alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo F-1/3.º e artigo F- 1/5.º do Código Regulamentar do Município de Braga. **b)** Universidade do Minho, no valor de 3.000,00€, destinado às Comemorações do Centenário Dr. Francisco Salgado Zenha, ao abrigo do nº 1 e das alíneas d) e e), nº 2 do artigo 23º e alínea o) do nº 1 do artigo 33º da lei nº 75/2023 de 12 de setembro.” Tomou a palavra a **Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros**, que referiu que a proposta de S. Martinho de Dume não veio acompanhada da documentação habitual, solicitando que a mesma lhe seja enviada. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

**25. Atribuição de apoio financeiro/entidade – BRAGASOL.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se à consideração do Executivo Municipal a aprovação de apoio financeiro para pagamento de encargos de ligação à rede pública de água, nos termos do disposto na alínea v) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e na alínea a) do n.º 2 do artigo 12.º do Regulamento do Projeto Bragasol, do imóvel situado

neste concelho, no valor de 475,00€, acrescido de

IVA à taxa de 23%, em que é requerente

**Deliberado aprovar por**



unanimidade. -----

**26. Contratos interadministrativos de delegação de competências – Freguesias.** Foram apresentadas as seguintes propostas: “Submetem-se à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, as minutas dos contratos interadministrativos de delegação de competências, nos termos das disposições conjugadas na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a celebrar com as seguintes freguesias/uniões de freguesia: **a)** Freguesia de Sequeira, para execução da obra denominada “Aditamento/Reforço de verba) – Requalificação Parcial da Rua das Caldas- Sequeira”, no valor de 25.755,66€; **b)** Freguesia de Sequeira, para honorários/Projeto da obra denominada “Requalificação Parcial da Rua das Caldas – Projeto”, no valor de 2.990,10€; **c)** Freguesia de Sequeira, para execução da obra denominada “Aditamento/Reforço de verba) – Execução de Muro de Suporte da Rua da Boavista – Sequeira”, no valor de 8.478,66€; **d)** Freguesia de Figueiredo, para execução da obra denominada “Honorários/Projeto) – Requalificação do Edifício da Junta de Freguesia e Construção do Edifício destinado a Salão Polivalente”, no valor de 42.435,00€; **e)** Freguesia de S.Vitor, para execução da obra denominada “Trabalhos de Conservação da Sede da Junta de Freguesia de S. Vitor, no valor de 27.016,45€; **f)** Freguesia de Tadim, para execução da obra denominada “Honorários/Projeto) - Parque de Lazer Rua das Agrads – Tadim”., no valor de 3.813,00€; **g)** Freguesia de Tadim, para execução da obra denominada “Honorários/Projeto) - Parque de Lazer Rua de Geraz – Tadim”., no valor de 2.767,50€; **h)** Freguesia de Tebosa, para execução da obra denominada “Ampliação do Recreio Coberto do Jardim de Infância Escola Básica de Tebosa”, no valor de 41.868,86€; **i)** União das freguesias de Crespos e Pousada, para execução da obra denominada “Beneficiação da Rua do Matinho”, no valor de 145.004,38€, de acordo com a seguinte previsão de repartição de encargos: - Em 2023, um valor até 100.000,00€; - Em 2024, um valor de até 45.004,38€; **j)** União das freguesias de Lomar e Arcos, para execução da obra denominada “Aditamento/Reforço de Verba) - Passeios da Rua da Coutada, Repavimentação da Rua da Varziela e Muro – Lomar”, no valor de 4.306,46€; **k)** União das freguesias de Morreira e Trandeiras, para execução da obra denominada “Requalificação Calçada da Bouça das Valas – Morreira”, no valor de 10.865,00€; **l)** União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, para execução da obra denominada “Honorários/Fiscalização) - Requalificação da Rua do Picoto”, no valor de 3.279,22€; **m)** União das freguesias de Escudeiros e Penso /Stº Estevão e S. Vicente), para execução da obra denominada “Honorários/Projeto) - Requalificação do Pontão e envolvente do Rio Ledo – Penso Stº Estevão”, no

valor de 12.607,50€; **n)** União das freguesias de Morreira e Trandeiras, para execução da obra denominada “Reparações no Pavimento do Jardim de Infância – Trandeiras”, no valor de 2.139,08€; **o)** União das freguesias de Vilaça e Fradelos, para execução da obra denominada “Requalificação da Rua do Marinheiro – Fradelos (Reforço de Verba), no valor de 12.373,80€.” **Deliberado aprovar por unanimidade e remeter à Assembleia Municipal.** -----

**27. Atribuição de apoios financeiros – Freguesias.** Foram apresentadas as seguintes propostas: “Submetem-se à apreciação do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, as seguintes propostas de atribuição de apoios financeiros, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 23.º, alínea j) do n.º 1 do art.º 25º e alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual: **a)** Freguesia de Tebosa, no valor de 6.088,50€, para apoiar a obra de “Execução dos ossários no Cemitério e remodelação parcial da Capela Mortuária de Tebosa”; **b)** Freguesia de Tebosa, no valor de 13.409,00€, para apoiar a obra de “Reparação da zona envolvente do Adro da Igreja de Tebosa – estragos das últimas intempéries”; **c)** Freguesia de Espinho, no valor de 67.654,13€, para apoiar as “Obras de beneficiação no cemitério e construção de columbários”, de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos: - Em 2023, um valor até 10.000,00€; - Em, 2024, um valor até 57.654,13€; **d)** União das freguesias de Merelim (S. Pedro) e Frossos, no valor de 6.200,00€, para apoiar o “Pedido de apoio para a colocação de abrigos de passageiros – Merelim S. Pedro”; **e)** Freguesia de Lamas, no valor de 3.912,01€, para a obra “Travessa da Almoíña – Grade de proteção/Tanque; **f)** Freguesia de Pedralva, no valor de 2.109,14€, para apoiar a obra de “Pavimentação em betuminoso da Travessa de Paredes”; **g)** Freguesia de Tadem, no valor de 2.116,71€, para apoiar a obra de “Ventilação das casas de banho do auditório”; **h)** Freguesia de Tadem, no valor de 869,73€, para apoiar a “Colocação de limitadores (pilaretes) no centro da freguesia”; **i)** União das freguesias de Cabreiros e Passos (S. Julião), no valor de 9.469,82€, para apoiar a obra de “Alargamento da Rua de Mondinhos” - Cabreiros; **j)** União das freguesias de Cabreiros e Passos S. Julião no valor de 605,53€, para apoiar a obra de “Manutenção do Parque Infantil em Passos (S. Julião); **k)** União das freguesias de Crespos e Pousada, no valor de 15.622,62€, para apoiar a obra de “Requalificação do Adro do Cemitério de Pousada”; **l)** União das freguesias de Crespos e Pousada, no valor de 5.111,27€, para apoiar o pedido de apoio para colocação de abrigos de passageiros – Pousada; **m)** União das freguesias de Cabreiros e Passos S. Julião, no valor de 600,00€, destinado a apoiar as “Solenidades do Senhor dos Passos – Cabreiros”; **n)** União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lameações, no valor de 15.582,00€, para apoiar o “ajardinamento da rotunda do Cruzeiro –

Lamações; **o)** União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, no valor de 8.382,82€, para apoiar a obra de “Construção de rede de águas pluviais na Rua do Picoto”; **p)** União das freguesias de Lomar e Arcos, no valor de 29.755,79€, para apoiar a “Pintura interior e exterior do Jardim de Infância de Lomar”; **q)** União das freguesias de Escudeiros e Penso (Stº Estevão e S. Vicente), no valor de 4.868,03€, para apoiar a obra de “Ampliação da Capacidade de Sepultamento do Cemitério de Penso S. Vicente – Honorários/Projeto”; **r)** União das freguesias de Guisande e Oliveira (S. Pedro), no valor de 12.400,00€, para apoiar o “pedido de apoio para a colocação de abrigos de passageiros”; **s)** União das freguesias de Morreira e Trandeiras, no valor de 60.406,33€, para apoiar a obra de “Requalificação do Edifício da Junta de Freguesias de Trandeiras. (Reforço de Verba); **t)** Freguesia de Sobreposta, no valor de 4.403,53€, para apoiar a “Instalação de sanitários e execução de espaço para bar na piscina de Sobreposta”; **u)** União das freguesias de Arentim e Cunha, no valor de 3.150,00€, para apoiar a obra de “Rebaixamento de passeio na entrada do Centro Social da Freguesia de Cunha”; **v)** União das freguesias de Merelim São Paio, Panóias e Parada de Tibães, no valor de 1.537,50 €; para apoiar a obra “Arranjo paisagístico junto ao loteamento de Fonte Cova (Parada de Tibães); **hh)** União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, no valor de 6.396,00€, destinado a fazer face às despesas associadas a “Honorários Projeto de Arquitetura Requalificação Edifício da Junta de Freguesia”; **w)** Freguesia de Padim da Graça, no valor de 276,75€, para fazer face às despesas associadas a “Pintura do Adro da Igreja da Srª da Graça”; **z)** Freguesia de Padim da Graça, no valor de 12243,00€, para fazer face às despesas associados com a “Desobstrução Mina e Aqueduto – Capela Srª das Graças”; **aa)** Freguesia de Tadem, no valor de 600,00€, destinado a apoiar a “Via Sacra” **bb)** União das freguesias de Real, Dume e Semelhe, no valor de 600,00€, destinado a apoiar a “Procissão dos Passos – Real”; **cc)** Freguesia de Figueiredo, no valor de 600,00€, destinado a apoiar a “Procissão do Senhor dos Passos.” **Deliberado aprovar por unanimidade e remeter à Assembleia Municipal. --**

---

**28. Outras isenções/reduções/taxas.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submetem-se, à consideração do Executivo Municipal, os pedidos de isenção de taxas, nos termos do Código Regulamentar do Município de Braga, ao abrigo: **a)** Dos n.ºs 1 e 2 do artigo H-1/16º e artigo H-1/17º, mapa em anexo; **b)** Do n.º do artigo H-1/16º, mapa em anexo.” **Deliberado aprovar por unanimidade e dar conhecimento à Assembleia Municipal. -----**

---

**29. Proposta de Normas de Participação para o desenvolvimento do programa de férias inclusivo no Verão.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se à consideração do Executivo

Municipal proposta relativa às Normas de Participação para o programa de férias inclusivo do Verão, constantes do processo.” Tomou a palavra a **Vereadora do CDU, Bárbara Barros**, que manifestou a sua satisfação com este programa, o de páscoa e o de natal, já que responde às necessidades levantadas que foram trazidas pela CDU, deixando uma nota de apreço para o trabalho em conjunto de todos, e também com a Vereadora Carla Sepúlveda, para se estar a votar o programa dessa forma. Tomou a palavra o **Vereador do PS, Ricardo Sousa**, que afirmou que, da visita que foi realizada, sentiu que as escolas da cidade estão de braços abertos para a inclusão e para uma educação partilhada e, dirigindo-se ao Sr. Presidente, que às vezes dar o braço a torcer traz bons resultados e a cidade agradece. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

-----  
**30. Aprovação da ata em minuta. Deliberado aprovar por unanimidade a presente ata em minuta nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, para surtir efeitos imediatos.** -----

-----  
**Foi proposto, pelo Presidente da Câmara, o seguinte voto de pesar: -----**  
**--- Voto de pesar pelo falecimento de João Manuel Cunha, ex-presidente da Junta de Freguesia de Tadim. Deliberado aprovar por unanimidade** -----

-----  
**Foi proposto, pelo Presidente da Câmara, o seguinte voto de louvor: -----**  
**- Voto de louvor ao par de bailarinos João Sant’Anna e Luna Pinto**, que conquistou a medalha de bronze no Campeonato da Europa de Juventude Latinas, que se realizou na Moldávia, a 15 de abril de 2023, na cidade de Chisinau, pelo título alcançado e por revelar uma carreira em crescimento que vem valorizar e reforçar as qualidades, caracterizadas por um enorme carácter e perseverança, bem como a **Bracara Team**, pelo seu trabalho na formação de bailarinos, bem como na divulgação e promoção desta modalidade desportiva. **Deliberado aprovar por unanimidade**-----

-----**OUTROS ASSUNTOS**-----

----- Pelo **Presidente da Câmara**, foi dada a abertura a outros assuntos. -----  
----- Iniciou a **Vereadora do CDU, Bárbara Barros**, que afirmou haver uma coincidência da Braga Romana com a Rampa de Falperra, questionando o motivo de se ter alterado a data, uma vez que este ano coincidirá no mesmo fim de semana. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara**, que referiu que já no ano passado foi antecipada devido à celebração do centenário dos escuteiros, no fim de semana

seguinte, e aí sim teríamos uma grande convergência, em relação à Rampa da Falperra, houve várias dúvidas em relação à data, por força da convergência dos calendários europeus, pelo que teve mesmo de ser nesse fim de semana. -----

----- Tomou a palavra o vereador do **PS, Artur Feio**, que, como **primeiro assunto**, informou que o PS teve a oportunidade de estar na apresentação do projeto do convento de S. Francisco, Real, e perceberam que é um projeto muito bem conseguido pela Universidade do Minho em cooperação com o Município e com a Junta de Freguesia, mas perceberam no início da apresentação que o orçamento para projeto completo não foi assegurado, mas houve uma coisa que ficou fora do âmbito do projeto que vai ser feita, havendo uma preocupação com o facto de não estarem previstas casas de banho nos arranjos exteriores do espaço. Sendo que se vai entregar um edifício com uma história brutal e notável, não estando dotado de capacidade e forma de ser visitado como merece, não só pelos bracarenses, mas por todos que visitam a cidade, sendo que falou com presidente de junta para entregar ao Sr. Presidente uma expectativa de orçamento para a intervenção, para a conclusão dos sanitários e da envolvente. De seguida, como **segundo assunto**, referiu que a Rua do Assento, em Sequeira, tem tido um registo de acidentes muito elevado, sendo que os moradores têm reclamado de velocidade, afirmando que sabe que a via está prestes a ser transferida das infraestruturas para o Município, mas solicitou que junto das infraestruturas se peça que sejam colocadas lombas na tentativa de reduzir as velocidades aí praticadas. De seguida, como **terceiro assunto**, referiu que existe uma paragem de autocarro, em frente ao edifício do Pópulo, colocada a título temporário por motivos de obras, que está a tapar toda a montra de uma imobiliária, o que naturalmente criará dificuldade ao seu negócio, questionando se pode ser repensada a colocação desta paragem, que considera ser necessária, e afirmando ser necessário que a colocação dessas paragens jogue com a afetação dos edifícios. De seguida, como **quarto assunto**, referiu uma preocupação transmitida pelas juntas de freguesia, afirmando que o Município tem entregue e depositado a confiança nas freguesias para algumas intervenções por via dos contratos interadministrativos e delegação de competências, mas que a verdade é que as informou que não vai pagar as suas obras, ou seja, o município incentiva e exige as intervenções, como nas escolas, e basicamente aquilo que o município faz é pedir às junta que avance com as obras, que serão pagas no próximo ano, o que provoca constrangimentos a vários níveis, algo que não pode nem deve ser uma prática. Tomou a palavra o Presidente da Câmara que, sobre o **primeiro assunto**, mencionou que houve de facto uma redução do orçamento global da obra, sendo que inicialmente se previa uma comparticipação de fundos comunitários bastante maior do que a que viria a existir, e que não diria que a existência de casas de banho sejam um valor que prejudique o

projeto. Sobre o **segundo assunto**, referiu que está de facto sobre responsabilidade da IP, e que poderá vir para a esfera municipal, mas que não há um calendário definido. **Sobre o terceiro assunto**, referiu que, de facto, devido às obras houve a obrigação do reposicionamento da paragem que lá existia, e houve uma reunião com os TUB para avaliar qual o melhor local, e desde o início para se garantir a paragem de dois autocarros, sem ocupar a passadeira que existe no local, aquele local que foi proposto é único, não conseguindo perceber como pode uma paragem de autocarro inibir o negócio, porque as pessoas podem passar por trás, mas para o que releva, aquele é o melhor local e o que garante melhores condições de segurança. Tomou a palavra o **Dr. António Barroso, Adjunto do Presidente da Câmara Municipal de Braga**, que, sobre o **quarto assunto**, referiu que não há qualquer informação nesse sentido, sendo que foram agora aprovados vários apoios, e eles são pagos conforme a execução, sendo que essa situação é a primeira vez que a ouvimos.

-----  
-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----  
-----

----- Pelo **Presidente da Câmara**, foi dada a abertura à intervenção do público. -----

----- O cidadão **José Machado** referiu, sobre as questões de mobilidade em Palmeira, que estava presente em representação dos moradores de Palmeira, sendo a quinta vez que vai à reunião de Câmara. De seguida, afirmou que os serviços técnicos foram ao local no dia 13 de março para avaliar, fizeram um abaixo assinado e questionando o que vão avaliar. Prosseguiu dizendo que inicialmente retiraram as bandeiras e que os moradores vão continuar na luta e irão as vezes que forem necessárias, já que nada foi resolvido, afirmando que gostaria que as ruas voltassem aos moradores e não as pusessem de reserva para os pais dos “Messis” e dos “Cristianos Ronaldos” à volta do campo, afirmando querer que Palmeira volte a ser Palmeira que era. -----

----- O cidadão **Guilherme Pereira** agradeceu em nome dos alunos de Ciência Política, porque este momento de proximidade com a ação democrática, que permitem aos participantes serem introduzidos nas problemáticas que efetivamente são discutidas e que muitas vezes se negligencia, sendo excelente especialmente para alunos de Ciência Política, agradecendo também a todos os presidentes e vereadores. Por fim, referiu o seu contentamento com a representação feminina no executivo e nos trabalhos da Reunião de Câmara. -----

----- O cidadão **Rodrigo Azevedo** agradeceu a todos os presentes por terem propiciado que os jovens se interessem ao vivo com os debates realizados em todos os mais de 300 municípios, em especial este, que se realiza na cidade onde a escola funciona há cerca de 180 anos, referindo, em nome da

escola, que tem orgulho pelo desafio lançado pelo executivo municipal, que foi mostrar como no dia a dia funciona o debate político e a democracia em Portugal. -----

----- Não havendo nada mais a tratar, o **Presidente da Câmara** deu por terminada a reunião. -----

**ENCERRAMENTO:** Às 12h e 20m e como não houvesse mais nada a tratar, foi pelo Excelentíssimo Presidente da Câmara encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser devidamente assinada pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Municipal e por mim, Liliana Cristina Silva Veiga, Diretora do Departamento de Apoio ao Cidadão e aos Órgãos Autárquicos. -----